

Reflexões iniciais sobre a Fonologia na Gramática Construtural

Gustavo NISHIDA¹

1 Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Curitiba, Paraná, Brasil;
| nishida.gustavo@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0003-2139-7089>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v21i3.3791>

Resumo: O objetivo deste trabalho é iniciar uma reflexão sobre a descrição fonológica do Português Brasileiro disponível na Gramática Construtural do Português Brasileiro. Neste trabalho, apresentamos os pressupostos teóricos da Gramática Construtural e em seguida elencamos pontos em comum e de divergência sobre a análise fonológica apresentada por Mattoso Camara Junior. Metodologicamente, buscamos uma historiografia interna, ao cotejar as diferenças entre as propostas sobre a nasalidade das vogais do Português Brasileiro. Para tanto, realizamos uma busca no banco de dados de teses e dissertações sobre Fonética e Fonologia no Brasil e foi possível constatar que a proposta construtural está praticamente ausente dos debates sobre nasalidade do Português Brasileiro. Por fim, apresentamos alguns *insights* relacionados à interação da prosódia com a sintaxe e concluímos que outras pesquisas poderiam se dedicar a verificar se suas análises são válidas.

Palavras-chave: Historiografia da linguística. Gramática Construtural. Fonologia. Prosódia. Nasalidade.

Initial reflections on phonology in Constructural Grammar

Abstract: The objective of this work is to initiate a reflection on the phonological description of Brazilian Portuguese available in the Constructural Grammar of Brazilian Portuguese. This paper presents the theoretical assumptions of Constructural Grammar and then lists common and divergent points concerning the phonological analysis presented by Mattoso Camara Junior. Methodologically, this work adopts an internal history approach, comparing the differences between the proposals on the nasality of vowels in Brazilian Portuguese. To this end, we investigated a database of theses and dissertations on phonetics and phonology in Brazil, verifying that the constructural proposal is practically absent from the debates on nasality in Brazilian Portuguese. Finally, we present some insights related to the interaction of prosody with syntax and conclude that further research could be dedicated to verifying the validity of its analyses.

Keywords: Historiography of linguistics. Constructural Grammar. Phonology, Prosody. Nasality.

Introdução

Escrever uma história da linguística é um trabalho difícil. As dificuldades se originam dos próprios desafios inerentes ao objeto e suas fontes ou até mesmo pelo interesse epistemológico de pavimentar a área de estudos chamada Historiografia da Linguística (doravante HL) nos centros de pesquisas. Quando pensamos no contexto brasileiro, temos todas essas dificuldades mesmo com uma linguística jovem em nossas universidades². Em nosso contexto, a dificuldade reside, ainda, justamente no fato de que, embora a linguística seja ciência nova nas universidades brasileiras, já há capítulos que estão esquecidos ou negligenciados.

Um desses capítulos pouco contado é a Gramática Construtural (Back; Mattos, 1972). Embora tenhamos um pequeno dossiê publicado em 2013 na *Revista Letras* da Universidade Federal do Paraná, continua-se estudando pouco essa gramática produzida no Paraná; seja numa perspectiva do próprio estudo da teoria e análise linguística, seja na abordagem da historiografia da linguística.

Diante disso, temos por objetivo iniciar uma reflexão sobre a Gramática Construtural do Português Brasileiro (doravante GC). Pretendemos neste momento tratar de alguns pontos da descrição fonológica do Português Brasileiro (doravante PB) disponível na GC, com o intuito de ampliar a visão sobre as análises fonológicas do PB. Nossa hipótese de trabalho é a de que as pesquisas em Fonética e Fonologia do PB são, de modo geral, tributárias à proposta de Mattoso Camara Junior (1970), independentemente do arcabouço teórico adotado em pesquisas atuais. Contar essa história é de suma importância para ampliar o conhecimento sobre a produção linguística brasileira. Altman (2021, p. 200) salienta esse desafio:

[...] são poucas as obras de referência que possibilitam recuperar a produção linguística brasileira como um todo. Com exceção do legado de Joaquim Mattoso Camara (1904-1970), objeto constante das reflexões dos linguistas brasileiros desde sempre, e do clássico volume organizado por Naro (1976), acredito que ainda hoje seja difícil encontrar trabalhos

2 Borges Neto (2022, p. 399) descreve de forma breve as dificuldades de implementação dos cursos de linguística no contexto brasileiro: “No início dos anos 60 do século XX, em poucos lugares fazia-se, paralelamente aos estudos de gramática, uma linguística que se assemelhasse minimamente à linguística europeia ou norte-americana. A disciplina “linguística” estava ausente na imensa maioria dos cursos de letras do Brasil e docentes capazes de conduzir a disciplina eram extremamente escassos. Havia estudos que poderiam se chamar de “linguística”: no Rio de Janeiro, a partir do trabalho de Joaquim Mattoso Camara; em São Paulo, graças ao trabalho de Henrique Teodoro Maurer Jr.; na Bahia, com Nelson Rossi; no Paraná, a partir do trabalho de Rosário Farâni Mansur Guérios e de Aryon Rodrigues; e, talvez, em mais um ou dois lugares”.

suficientemente abrangentes sobre as tradições brasileiras de pesquisa linguística que reflitam, com alguma justiça, sua extensão e contribuição.

Assim, nas seções seguintes, apresentaremos uma breve retomada na proposta da GC. Depois passaremos à apresentação de pontos de contato e de divergência entre a GC e a proposta estrutural mattosiana. Em seguida, a partir da consulta do banco de dados sobre teses e dissertações de Fonética e Fonologia defendidas no Brasil de 1949 até 2000 (Oliveira, 2022), apresentaremos uma análise acerca de teses e dissertações sobre nasalidade do PB que mencionam (ou não) a proposta construtural (Back, 1973).

Ao fim deste percurso, esperamos delinear, ainda que de forma preliminar, como alguns capítulos da linguística brasileira (como a da Gramática Construtural) podem ser “esquecidos” mesmo apresentando ideias e análises consistentes sobre a gramática da língua portuguesa. Em contrapartida, alguém poderia sugerir que tais esquecimentos teóricos ocorrem porque uma teoria poderia ter sido mais influente que outra (a proposta mattosiana, por exemplo). Contudo, essa hipótese se mostra desafiadora, pois requer uma historiografia mais consistente com relação à história externa, que está fora do escopo deste trabalho. Este ponto é apresentado como um desafio para desenvolvimentos futuros.

| A Gramática Construtural

A década de 1970, no Brasil, é marcada pela afirmação do discurso científico. Batista (2013, p. 40) menciona que isso se deve ao crescente volume de publicações de boa qualidade bem como a presença dos “recém-criados centros de pesquisa e ensino na área, diluídos em diferentes perspectivas de tratamento de dados e fenômenos linguísticos”. É nesse cenário nacional favorável ao avanço da ciência linguística que surge a Linguística Construtural³ (doravante LC).

A LC pode ser definida como uma gramática que assume uma abordagem estruturalista (Borges Neto, 2013). Sua publicação se deu pela Editora FTD em 1972 (Back; Mattos, 1972) e é composta por dois volumes (468 páginas e 428 páginas, respectivamente). Por sua vez, os trabalhos ligados à abordagem construtural foram publicados na *Revista Construtura*, entre 1973 e 1979. Foram editadas 19 edições ao todo.

3 Utilizaremos de forma livre a alternância entre Gramática Construtural (GC) e Linguística Construtural (LC), tal qual faz Borges Neto (2013).

Borges Neto (2013) relata as origens da LC. Dentre elas, há a motivação provocadora do catedrático de língua portuguesa Mansur Guérios, que certamente dá o tom do desenvolvimento dos trabalhos do grupo do Paraná. Em seu relato, Back foi chamado por Mansur Guérios para lidar com a seguinte provocação:

[...] diante do esgotamento descritivo e explicativo da gramática tradicional e diante da baixa qualidade das gramáticas escolares, era necessária a elaboração de uma gramática do português, no quadro teórico da Tagmêmica⁴, não só como atividade de pesquisa linguística, mas também como base para novas gramáticas escolares (Borges Neto, 2013, p. 18).

Ainda, nesse mesmo trabalho, Borges Neto (2013, p. 36) deixa evidente que a GC

[...] poderia ser considerada pioneira desse movimento de renovação das gramáticas. [...] A Gramática Construtural é resultado de uma elaboração teórica original, que se desenvolveu sobre a análise empírica dos fenômenos da língua portuguesa – é uma gramática descritiva do português que se fez teoria linguística.

Por questões de limite espacial das publicações, não vamos nos deter a apresentar o modelo construtural. Aos interessados sempre vale o (árido) exercício de lê-lo. Os textos de Borges Neto (2013) e de Batista (2013) pincelam elementos da sua formação particular. Borges Neto (2022) apresenta uma descrição mais minuciosa e comentada da proposta.

Com relação a sua recepção e divulgação, convém mencionar que não foi das mais positivas. Faraco (2013, p. 73) concluiu que:

[...] a Gramática Construtural nos prometia explicitamente o paraíso. Foi, por isso, duramente criticada. Contudo, até onde sei, seus pressupostos gerais e suas análises pontuais nunca foram objeto de crítica sistemática.

4 A Tagmêmica é um modelo teórico de base estruturalista desenvolvido por Kenneth Pike. Trata-se de um modelo teórico amplamente utilizado na linguística missionária; sendo, por sua vez, responsável por muitas análises linguísticas de línguas nativas das Américas. Para maiores informações sobre a sua aplicação e a figura de Pike, consultar Barros (2004). Além disso, cabe mencionar que esse quadro teórico utilizado fosse o “único” disponível, uma vez que Eurico Back participou do curso de especialização realizado na Universidade de Brasília: “Eurico Back fez o curso e ficou famoso por ter sido o único capaz de ler Bloomfield de ponta a ponta. Não havia traduções e nem todos podiam ler em inglês. Mais tarde, Back reinventou a linguística. Fez cópia da Tagmêmica e da psicolinguística behaviorista de Bloomfield. O ‘construturalismo’ nasceu dessas leituras (Dp agosto de 1992)” (Altman, 1998, p. 117).

Quando a Construtural veio a público, vivia-se já sob outros referenciais epistemológicos e ela foi descartada *in limine* pelo mundo acadêmico.

Em outras palavras, pode-se pensar que a LC chega tarde aos bancos acadêmicos e escolares, uma vez que

Os linguistas, que estavam, à época, começando a ler os trabalhos de Chomsky, transferiram à LC as críticas que os gerativistas faziam aos estruturalistas americanos (postura coerente, se considerarmos as origens da LC e sua autocaracterização como uma “técnica descritiva”) (Borges Neto, 2013, p. 29).

Além das questões epistemológicas do momento, é necessário mencionar que as análises se pautavam num olhar distinto sobre os dados. De modo que isso se tornava um complicador para a compreensão das análises propostas. Por exemplo, Faraco (2013) menciona que os estudos sintáticos da LC não se pautavam em critérios semânticos. Dentre as suas novidades metodológicas estava o fato de que “a análise se sustentava na prosódia como recurso para identificar os segmentos constitutivos dos diferentes níveis” (Faraco, 2013, p. 69).

Essa “inovação” prometia novas análises e uma interface prosódia/sintaxe que talvez não estivessem disponíveis ainda aos “interesses” analíticos dos linguistas da época. Em suas palavras:

A delimitação dos segmentos pela prosódia abria esta possibilidade de se dar conta de constituintes do enunciado (período) que não coincidiam com as sentenças tradicionais. Os horizontes eram, sem dúvida, mais amplos e se configuravam numa espécie de interface prosódia/sintaxe (Faraco, 2013, p. 71).

Embora nossa apresentação aqui seja demasiadamente breve, fica-nos o convite do professor Faraco de iniciar um olhar mais atento (e por que não?) crítico às análises construturais. Seja pelo viés puramente teórico com o intuito de recuperar *insights* perdidos pelo caminho, seja pela tentativa de escrever uma história não contada da linguística brasileira, passaremos ao estabelecimento de pontos de contato e de divergência entre a proposta da GC e da proposta mattsosiana; esta, talvez, o ponto de partida de muitas outras análises linguísticas sobre o PB. Trataremos das análises fonológicas por ser o primeiro nível de análise convencionalmente apresentado nas descrições sistemáticas

e, também, por ser o primeiro nível (a segunda articulação) apresentado na Estrutura da Língua Portuguesa (Camara Junior, 1970).

| Entre as propostas Mattosiana e Construtural: proximidades e distanciamentos no período

Com o intuito de iniciar as reflexões sobre as análises fonológicas da GC, apresentaremos nesta seção alguns pontos que aproximam a LC com a proposta mattosiana. Metodologicamente, não adentraremos nas camadas externas da historiografia. A quantidade de documentos e relatos que dão suporte a uma camada contextual e institucional ainda não foram levantadas à exaustão. Por enquanto, daremos atenção a uma historiografia interna, na qual privilegiaremos questões teóricas e técnicas (Swiggers, 2004, 2010, 2012, 2013, 2015).

O primeiro ponto a se levar em consideração é que, para ambas as análises, o fonema é a unidade fonológica mínima. Enquanto para Mattoso Camara Junior o fonema é unidade indivisível e abstrata, para a GC o fonema é levado em conta a partir de propriedades fisiológicas ditas constantes. Enquanto para aquele temos uma análise abstrata, para este há uma certa aproximação com as propriedades físicas. Isso mostra que:

(i) embora ambas propostas tomem o fonema como unidade mínima analítica, pode haver diferenças na ontologia desses fonemas. Consequentemente, tais diferenças levam a diferenças analíticas: o olhar fincado em propriedades físicas e fisiológicas da GC possibilita um diálogo do fonema com as propriedades prosódicas requeridas em outros níveis, tal como o sintático⁵;

(ii) não é óbvia a adoção do fonema enquanto primitivo analítico. Mesmo em abordagens estruturalistas, já circulavam estudos (pelo menos em língua inglesa) nos quais o fonema era decomposto em traços distintivos, tais como os traços de natureza acústica de Jakobson, Fant e Halle (1952) e de natureza articulatória (Jakobson; Halle, 1956)⁶.

Um segundo ponto interessante entre as abordagens é a menção à noção de sílaba. Para Mattoso Camara Junior, a sílaba é definida como um movimento de ascensão e caída da força expiratória que tem a vogal como centro desse ápice.

5 Essa questão esbarra no loteamento dos limites das disciplinas Fonética e Fonologia. Trata-se de um debate que se desenvolve com mais intensidade nos estudos fônicos da década de 1980 nos Estados Unidos da América, com trabalhos de Keating (1985), por exemplo. E no Brasil, com pesquisas de Albano (2001).

6 De suma importância seria a realização de estudos que verificassem o quanto tais textos já estavam em circulação ou não em território nacional. Certamente, trata-se de um tópico para estudos futuros.

Um dos ganhos dessa visão é poder lidar com sílabas complexas em palavras como AFTA (V.CCV), RITMO (CV. CCV). Além disso, colocar a vogal no centro da sílaba também possibilitou arranjar uma generalização do tipo (C) (C) V (C) (C). Ou seja, para as sílabas do PB, o único elemento obrigatório é a presença da vogal. Outros arranjos silábicos são possíveis contanto que a vogal permaneça no núcleo.

Por sua vez, para a GC, a sílaba é definida como “unidade melódica da língua portuguesa: e o menor conjunto de elementos melódicos coerentes” (Back; Mattos, 1972, p. 95). Como dito anteriormente, essa definição permite o diálogo da Fonologia com outros níveis da gramática, numa tentativa de promover relações entre a sintaxe e a prosódia.

Contudo, essa definição não consegue ser generalizante tal qual a de Mattoso Camara Junior, uma vez que é apresentada uma lista (relativamente extensa) das possibilidades de configuração silábica a partir das consoantes que podem ocupar posições de ataque (simples ou complexo) e em coda. Nesse sentido, a proposta mattosiana consegue ser mais “elegante”, uma vez que a sua abstração se mostra mais eficiente em lidar com os dados da língua sem precisar listar todos os casos típicos e excepcionais.

Entretanto, há pontos de discordância entre as propostas. Um desses pontos, e talvez o mais interessante, é o que se refere às vogais nasais (ou nasalizadas) do PB. Para Mattoso Camara Junior, temos dois tipos de nasalidade: alofônica e fonêmica. Na alofônica ocorre assimilação nasal a partir do contato com consoantes nasais, tal como em [ũ]nha ou dem[õ]nio. Essa nasalização não é distintiva. Afinal, produzir essas palavras sem nasalização não promove a compreensão de uma nova palavra. No entanto, a nasalidade fonêmica é aquela que promove distintividade. Pares como ‘b[o]ba’ e ‘b[õ]ba’ ou ‘c[i]to’ e c[ĩ]to’ mostram que a nasalidade promove a distinção entre esses itens lexicais. Diante disso, a proposta mattosiana é a de que não há vogal nasal e sim vogal nasalizada no PB; fazendo com que a nasalidade fonêmica seja resultado da atuação de um arquifonema nasal (vogal+/N/). Desta forma, uma palavra como “sim” ([sĩ]) deveria ser representada como /siN/.

Para a GC (Back; Mattos, 1972) não há arquifonema nasal. Em sua proposta, as vogais nasais compõem o inventário de sons vocálicos do PB. Isso ocorre de forma “rápida” na publicação de 1972. Contudo, em 1973, no segundo volume do primeiro número da *Revista Construtura* (Back, 1973), há um artigo que discute de forma ampla e sistemática a questão da nasalidade das vogais do PB. Sem mencionar os trabalhos de Mattoso Camara Junior, Back apenas menciona que

há duas correntes distintas sobre a nasalidade das vogais do PB: “Existem duas correntes. A 1ª corrente afirma que as vogais nasais do português não são fonemas, mas apenas alofones das respectivas orais; a 2ª sustenta o sim, dizendo que são fonemas tanto as orais como as nasais” (Back, 1973, p. 297).

Nesse artigo são apresentadas 12 afirmações realizadas pela primeira corrente e 4, pela segunda corrente. Não há créditos aos autores das duas correntes. O texto é organizado em AFIRMAÇÃO, DISCUSSÃO E CONCLUSÃO para cada afirmação apresentada. Na avaliação de Back, a segunda corrente é melhor.

Por exemplo, a segunda AFIRMAÇÃO é apresentada da seguinte forma:

2. É o fonema que deve explicar o som de transição, o semivocóide (ou a “consoante nasal de travamento”). Isto é, a vogal nasal é o fonema e há um som de transição, um semivocóide, que transforma a existência de qualquer vogal nasal em ditongo, menos no final do vocábulo. Não pode o som de transição, um som sem maior importância e sem importância fonêmica ser invocado para legitimar a característica de um fonema vizinho (Back, 1973, p. 312).

A DISCUSSÃO desse tópico é realizada logo em seguida e trata-se de um argumento valioso, uma vez que ele ataca de forma contundente uma premissa fonêmica basilar: a presença de pares mínimos para a delimitação de fonemas. Em suas palavras:

A dificuldade em que se esbarram é a falsidade, quando afirmam que existe consoante nasal em fim de palavras como *lã*, *vim*, *num*, /'lã/, /'ví/, /'nũ/. Afirmar a existência de consoantes nasais em tais ambientes é não ser verdadeiro; pois é apresentar fatos estranhos, não existentes na língua portuguesa (Back, 1973, p. 313).

Por fim, uma CONCLUSÃO é apresentada para fechar a argumentação: “Os pares mínimos, como *lá* e *lã*, *vi* e *vim*, *nu* e *num*, são a prova cabal de que as vogais nasais em português são fonemas” (Back, 1973, p. 313).

Nosso objetivo aqui não é reproduzir toda a argumentação apresentada pela GC, mas é digno de citação a apresentação do cotejo final apresentado. De certa forma, ele sumariza a visão da LC de que a abordagem da primeira corrente (mattosiana?) está equivocada:

Não tendo encontrado nenhum argumento válido da 1ª corrente e tendo em vista os argumentos da 2ª corrente e os fatos da língua portuguesa, a nossa conclusão é a seguinte:

1. A primeira corrente não é verdadeira; pois existem vogais nasais que não são condicionadas por consoante nasal.
2. Ela não é exaustiva; pois os exemplos citados não abarcam todos os fatos da nossa língua.
3. Ela não é coerente; pois não explica todos os fatos, nem a rima, nem os alomorfes ora com vogal oral, ora com vogal nasal.
4. A 2ª corrente é verdadeira, exaustiva e coerente.
5. Não cabe discutir, qual das duas soluções é a econômica: pelo simples fato de a 2ª corrente apresentar a única descrição verdadeira, exaustiva e coerente, é a solução econômica.
6. O sistema vocálico do português tem 12 vogais:
7 orais /i , e , ε , a , ɔ , o , u/;
5 nasais /ĩ , ê , ã , õ , ü/.
7. Existem ambientes em que as vogais orais e as respectivas nasais não entram em oposição, o que significa, unicamente que têm distribuição diferente (Back, 1973, p. 316).

Como podemos notar, a Gramática Construtural estava atenta às descrições do PB e tentava avançar nas “inovações” (principalmente terminológicas). O fato é que ao analisar o debate proposto pela LC (Back, 1973) questionamos quais seriam os motivos pelos quais essa disputa não vem à tona.

Uma das hipóteses é a de que a LC não alavancou debates dentro dos modelos estruturalistas disponíveis devido ao crescente interesse por outros modelos mais “inovadores” no momento, como o gerativista. Um dos comentários que tratam disso é o de Paulino Vandresen (2001):

Em termos de teorias lingüísticas, nos primeiros anos, predominou o estruturalismo, seguindo modelos americanos como Bloomfield, Sapir e Pike, ou europeus como a Escola de Praga, Martinet, Pottier etc. Tivemos até um modelo teórico próprio, batizado como “lingüística construtural”, proposto por Eurico Back e Geraldo Mattos, de Curitiba, divulgado na revista *Construtura*, e que teve como resultado de suas pesquisas uma *Gramática Construtural da Língua Portuguesa* (2 volumes), publicada em

1972 pela editora FTD, de São Paulo. A proposta construtural surgiu no momento da implantação dos cursos de pós-graduação, e não resistiu à concorrência do modelo gerativista que dominou a década de 70, graças aos novos doutores que retornavam do exterior.

De forma similar, dentro da perspectiva da Historiografia da Linguística, Altman (1998) também menciona a possibilidade de a proposta ter sido rejeitada pelos crescentes desinteresse pelo estruturalismo e interesse pelo gerativismo:

Embora se lhes tenham reconhecido o mérito da tentativa (v. Naro 1976), o modelo, enquanto tal, foi rejeitado pelo restante da comunidade acadêmica que o percebeu fortemente vinculado a princípios estruturalistas (tagmêmicos), incompatíveis com o novo ideal de cientificidade gerativista (chomskiano) que começava a entrar em evidência (Altman, 1998, p. 282).

Contudo, se isso for verdade, tanto a proposta mattosiana quanto a construtural padeceriam do mesmo problema. Do ponto de vista interno de comparação de modelos, podemos conjecturar que a aproximação terminológica da abordagem mattosiana permitia ao gerativista um diálogo mais “fácil” para mostrar os avanços da linguística moderna. Por sua vez, criticar a abordagem construtural demandaria uma “exegese” laboriosa do texto. Borges Neto (2022, p. 429) expõe essa dificuldade terminológica da seguinte forma:

Landon Lockett, professor da Universidade do Texas (Austin), escreveu uma resenha da *Gramática Construtural* em 1974 (Lockett, 1974) e o foco das suas críticas está centrado nas dificuldades que a inovação terminológica traz para a leitura (e para a consequente compreensão das ideias) e para a falta de justificativas para as inovações teóricas. É preciso destacar que Lockett não avalia a LC à luz do gerativismo, mas sempre a considera no conjunto dos modelos descritivos estruturalistas.

Independentemente do motivo da sua difícil recepção⁷, faz-se necessário avaliar se a proposta da GC sobre a nasalidade do PB é mencionada em teses

7 Em trabalhos futuros, é bem-vinda a avaliação de fatores externos sobre a baixa recepção da GC. Borges Neto (2022) levanta a hipótese de que há fatores “sociológicos”. Em suas palavras: “Enfim, mais do que uma causa singular, um conjunto de fatores internos e externos à proposta de Back e Mattos determinou o baixo impacto obtido entre os linguistas. Fatores ‘sociológicos’ limitaram, certamente, o interesse da comunidade: o fato de ser produzida fora dos grandes centros de produção acadêmica (Rio de Janeiro e São Paulo) e ter sua publicação feita por uma editora com pouco acesso aos meios universitários; o fato de ter sido divulgado pelos autores numa postura ‘agressiva’, provocativa. Por outro lado, fatores internos, como a dificuldade de acesso às propostas em virtude do hermetismo terminológico e a fácil e clara identificação com as propostas estruturalistas diminuíram muito o interesse dos linguistas em investir esforços no entendimento das propostas teóricas apresentadas” (Borges Neto, 2022, p. 428).

e dissertações da época. Acreditamos que tentar verificar isso em trabalhos da época é uma forma de mensurar o alcance da proposta em seu contexto de produção e circulação. Vamos a ela!

| Precisamos falar da gramática construtural: para onde foram as suas análises?

Conforme mencionamos na seção anterior, uma tentativa de mensurar a atuação da proposta da LC sobre a nasalidade do PB é fazer uma consulta no banco de dados sobre teses e dissertações de Fonética e Fonologia defendidas no Brasil de 1949 até 2000 (Oliveira, 2022). Acreditamos que a criação desses bancos de dados permite que os interessados na historiografia da linguística consigam delinear com mais precisão cenários sobre a linguística nacional, tal como apontamos anteriormente a partir do trabalho de Altman (2021).

Ao realizar uma busca no acervo, encontramos 15 trabalhos que abarcam o tema nasalidade. Desses 15 trabalhos, 6 não possuem versão digital disponível; e dos 9 restantes, 5 mencionam “A Estrutura da língua portuguesa” de Mattoso Camara Junior. Apenas 2 citam a gramática construtural (Back; Mattos, 1972) e apenas 1 menciona o texto de 1973 de Eurico Back sobre as vogais nasais do PB. A menção do trabalho de 1973, surpreendentemente, se dá na tese de doutorado de Seara (2000); trabalho este em uma perspectiva da Fonética Experimental.

A nosso ver, isso mostra o quanto os trabalhos em Fonologia pouco se dedicaram a outras abordagens estruturalistas sobre a nasalidade, uma vez que essa primeira busca nesse acervo consegue revelar o quanto a proposta construtural deixa de ser considerada nos trabalhos sobre nasalidade do Português Brasileiro ainda na década de 1970.

Ainda, um ponto a ser considerado são artigos⁸ que sugerem uma bibliografia sobre a nasalidade do PB (Rothe-Neves; Reis, 2012). Nesse artigo está a sugestão de leitura do texto de 1973 de Back. Contudo, esse trabalho está apenas como sugestão de leitura na listagem de obras sobre nasalidade apresentadas pelos autores do artigo e a sua proposta sequer é cotejada com outras.

⁸ Em um desenvolvimento futuro, pretendemos realizar uma busca de artigos que tratem do tema da nasalidade do PB, para verificar (ou não) se a proposta construtural circulou em revistas e periódicos nacionais.

| Considerações transitórias

Neste artigo, tivemos por objetivo iniciar uma reflexão sobre a GC. No desenvolvimento do artigo retomamos algumas descrições fonológicas do PB disponíveis na GC, com o intuito de ampliar a visão sobre as análises fonológicas do PB. Para tanto, apresentamos de forma breve algumas premissas e características da GC, em seguida mostramos distanciamentos e aproximações entre a LC e a proposta de Mattoso Camara Junior. Por fim, ainda que de forma breve, exploramos o banco de dados sobre teses e dissertações de Fonética e Fonologia defendidas no Brasil de 1949 até 2000 (Oliveira, 2022), com o intuito de mostrar que as pesquisas em Fonética e Fonologia do PB são, de modo geral, tributárias à proposta de Mattoso Camara Junior (1969), independentemente do arcabouço teórico adotado em pesquisas atuais.

O que podemos considerar até o momento é que a GC de fato some do debate linguístico nacional, uma vez que suas propostas sequer são mencionadas nas teses e dissertações da década de 1970. Contudo, fica aqui o convite ao cotejo e verificações dos *insights* da GC. Por exemplo, na proposta da GC há um sistema de curvas entoacionais para dar conta de diferenças em sentenças afirmativas, exclamativas e suspensivas e quando há ambiguidade. Sua proposta foca nas propriedades do som (altura, duração, intensidade e timbre) para criar uma escala numérica.

Por exemplo, tais alturas iriam do 1 ao 4. Sendo o 1 o mais grave e o 4, mais agudo:

3 4

Parou?

3 1

Parou.

3 2

Parou; (e me dirigiu algumas palavras) (Back; Mattos, 1972: p. 41)

A intensidade, por sua vez, possibilitaria criar diferenças prosódicas, como em:

Demos às moças lindas revistas.

2	2	1	2	(As revistas são lindas)
2	1	2	2	(As moças são lindas).

Por fim, os autores mencionam a duração e o timbre. A duração (quantidade) está relacionada à demora nas sílabas; podendo ser curta, longa, longíssima. Por fim, o timbre é a quarta característica do som, “é diverso” e “escapa do terreno da Ciência da Linguagem” (Back; Mattos, 1972, p. 42).

Como podemos notar aqui, a proposta construtural avança para análises que dialogam mais com o nível suprasegmental com uma interface com a sintaxe. É justamente nesse ponto que a proposta mattosiana não conseguiu avançar. Por isso, há a necessidade de uma análise mais cuidadosa das curvas entoacionais descritas na Gramática Construtural. Em suma, sobre as curvas entoacionais sugeridas pela GC, é preciso descobrir se os estudos prosódicos retomaram essa descrição disponível na abordagem construtural. Certamente, são trabalhos a serem realizados num futuro próximo com o intuito de se escrever com mais detalhes a GC na historiografia da linguística brasileira.

| Agradecimentos

Agradeço aos colegas que gentilmente teceram comentários durante as apresentações nos simpósios de Filosofia e Historiografia da Linguística no Seminário do Círculo Linguístico da Região Sul (CELSUL), em 2022, e no Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), em 2023. Em especial, agradeço aos professores Carlos Alberto Faraco e José Borges Neto pelos comentários nas ocasiões mencionadas; afinal, são testemunhas oculares desse período da linguística brasileira.

| Referências

- ALBANO, E. C. **O gesto e suas bordas: esboço de Fonologia Acústico-Articulatória do Português Brasileiro**. Campinas: Mercado de Letras/ALB/FAPESP, 2001.
- ALTMAN, Cr. **A pesquisa Lingüística no Brasil: 1968-1988**. 1. ed. São Paulo: Humanitas, 1998.
- ALTMAN, C. **A guerra fria estruturalista: estudos em historiografia da linguística brasileira**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2021.
- BACK, E. São fonemas as vogais nasais do português? **Construtura**, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 297-317, 1973.
- BACK, E.; MATTOS, G. **Gramática Construtural da Língua Portuguesa**. 2 v. São Paulo: FTD, 1972.

BARROS, C. D. M. A missão Summer Institute of Linguistics e o indigenismo latino-americano: história de uma aliança (décadas de 1930 a 1970). **Rev. Antropol.**, v. 47, n. 1, p. 45-85, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-77012004000100002>

BATISTA, R. de O. Uma técnica, um grupo e uma retórica: a Gramática Construtural na história da linguística brasileira. **Revista Letras**, Curitiba, n. 87, p. 39-66, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/32039>. Acesso em 03 out. 2024.

BORGES NETO, J. A Linguística Construtural: um capítulo da história da linguística no Brasil. **Revista Letras**, Curitiba, v. 87, jun. 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/32053>. Acesso em: 15 jun. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rel.v87i1.32053>.

BORGES NETO, J. **História da gramática**. 1. ed. Curitiba, Editora da UFPR: 2022.

FARACO, C. A. O período é uma construtura. **Revista Letras**, Curitiba, n. 87, p. 67-73, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/32040>. Acesso em: 03 out. 2024.

JAKOBSON, R.; FANT, G.; HALLE, M. **Preliminaries of speech analysis**. The MIT Press, 1952.

JAKOBSON, R.; HALLE, M. **Fundamentals of Language**. The Hague: Mouton, 1956.

KEATING, P. Universal phonetics and the organization of grammars. *In*: FROMKIN, V. (ed.). **Phonetic Linguistics: essays in honor of Peter Ladefoged**. New York: Academic Press, 1985. p. 115-132.

LOCKETT, Landon. Review of Gramática Construtural da Língua Portuguesa by Eurico Back; Geraldo Mattos. *Hispania*, v. 57, n. 2, p. 392-393, May 1974. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/339869>. Acesso em: 21 jul 2025.

MATTOSO CAMARA JR., J. **Estrutura da Língua Portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1970.

NARO, A. J. (org.). **Tendências Atuais da Lingüística e da Filologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

OLIVEIRA, K. G. S. **Teses e dissertações brasileiras em Fonética e Fonologia (1949-2000)**. Bancos de dados do CEDOCH. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://cedoch.fflch.usp.br/teses-e-dissertacoes-brasileiras-em-fonetica-e-fonologia-1949-2000>. Acesso em: 03 out. 2024.

ROTHER-NEVES, R.; REIS, C. M. Uma bibliografia da nasalidade vocálica no português. **Letras de Hoje**, v. 47, n. 3, p. 299-305, 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fale/article/view/11861>. Acesso em: 03 out. 2024.

SEARA, I. C. Estudo acústico-perceptual da nasalidade das vogais do português brasileiro. 2000. 270fls. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

SWIGGERS, P. Modelos, métodos y problemas en la historiografía de la lingüística. In: CORRALES ZUMBADO, C. et al. (ed.). Nuevas aportaciones a la historiografía lingüística. **Actas del IV Congreso Internacional de la SEHL**, v. 1. Madrid: Arco/Libros, 2004. p. 113-146.

SWIGGERS, P. História e Historiografia da Linguística: *status*, modelos e classificações. **Eutomia**, v. 2, n. 3, p. 1-17, 2010.

SWIGGERS, P. Linguistic historiography: object, methodology, modelization. **Todas as Letras**, v. 1, n. 14, p. 38-53, 2012.

SWIGGERS, P. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. Confluência. **Revista do Instituto de Língua Portuguesa**, n. 44, p. 39-59, 2013.

SWIGGERS, P. Directions for linguistic historiography. **Cadernos de historiografia lingüística do CEDOCH**, v. 1, p. 8-17, 2015.

VANDRESEN, P. **A linguística no Brasil**. 2001. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/linguagem/ling15.htm>. Acesso em: 27 dez. 2024.

Como citar este trabalho:

NISHIDA, Gustavo. Reflexões iniciais sobre a Fonologia na Gramática Construtural. **Revista do GEL**, v. 21, n. 3, p. 280-295, 2024. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg>.

Submetido em: 08/10/2024 | Aceito em: 03/01/2025.